

## O Partido Comunista do Brasil - a difícil tarefa de se colocar como vanguarda dos operários em Santa Catarina

Jaci Guilherme Vieira \*

*“Quando não conseguimos entender um provérbio, uma piada, um ritual ou um poema” e ainda podemos acrescentar, um projeto político de um partido - “temos a certeza de que encontramos algo”.*

Robert Danton  
(citado por Eduardo Silva)

Estudar a história do Partido Comunista do Brasil - PCB não é coisa do passado como muitos possam pensar, principalmente depois da crise dos Regimes Comunistas no leste europeu. O que vamos analisar aqui é uma corrente ideológica dentro de um regime capitalista, na tentativa de colocar uma proposta de organização e atuação junto às classes trabalhadoras, no Estado de Santa Catarina.

Pretende-se aqui contribuir, com este artigo, para a história dos movimentos sociais, resgatando tão somente a evolução do PCB de Santa Catarina, particularmente em áreas onde ele teve uma maior penetração. É nesse sentido que este trabalho caminha: levantar a história do Partido desde suas primeiras tentativas com a construção da ponte Hercílio Luz, conjuntamente com os estivadores, no período de 1922 a 1926, sendo que sua organização propriamente dita aconteceu em 1939; outro aspecto a ser focado é a repressão ao Partido que não só aconteceu com mais profundidade na década de setenta, como consequência do golpe de 64, mas ficou evidenciado que os órgãos de repressão do Estado tinham eleito os comunistas por um longo tempo como alvo, principalmente a partir de 1935, depois do levante, fracassado, liderado por Luiz Carlos Prestes.

A respeito da questão metodológica é necessário um esclarecimento sobre o uso das fontes. Deixa-se claro que a documentação primária é mínima, pois não foram encontradas atas de fundação, de reuniões ou publicações próprias do Partido no Estado. Ficou evidente que a falta de documentação esteve colocada durante o desenvolvimento da pesquisa em duas questões básicas: em primeiro lugar, o Partido passou por várias fases, em algumas totalmente disperso, sem qualquer atividade; em segundo lugar, esta falta de documentação está colocada dentro de um contexto maior que seria o medo da reação, haja vista que o Partido no Estado, como em nível nacional, somente teve dois anos de legalidade, de 1945 a 1947. Esse medo da reação e da repressão fez com que toda a documentação da seção catarinense ficasse dispersa,

---

\* Professor Assistente do Departamento de História da Universidade Federal de Roraima.

estando bem evidenciado no período aqui estudado. Para suprir a falta da documentação escrita, recorreu-se à Técnica da história oral.

Por outro lado, este artigo busca dar algumas respostas a uma dezena de questionamentos sobre a atuação do Partido em Santa Catarina, entre os quais destacam-se: qual a origem do PCB do Estado? onde o Partido Comunista obteve uma maior penetração? quais as formas que os militantes comunistas usavam para melhor organizar a classe trabalhadora? e qual o comportamento desse Partido no período de legalidade - 1945 a 1947?

## **Origem do Partido Comunista do Brasil em Santa Catarina**

Muito embora alguns autores, como Carlos Alberto Silveira Lenzi (1983), afirmem que o Partido Comunista do Brasil - PCB em Santa Catarina tenha sido fundado conjuntamente com a Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 12 de março de 1935, percebe-se que tal afirmação não tem base sólida e carece de um estudo mais aprofundado. Em seu trabalho, o autor não apresenta qualquer documento para dar comprovação ao que afirma, isto é, um relato de um militante, uma nota de jornal ou nem mesmo uma bibliografia específica. (Lenzi – 1983)

Ao contrário do que Lenzi afirma, o PCB em Santa Catarina se constituiu como tal em 1939 e, por sua vez, só conseguindo registrar seus estatutos no Tribunal Regional Eleitoral - TRE em 1941, segundo um dos seus fundadores, Manoel Alves Ribeiro, mais conhecido como “Seu Mimo”. Ele relata que um grupo em Santa Catarina, mais precisamente em Florianópolis, teve uma breve participação na formação e divulgação das idéias da Aliança Nacional Libertadora, no ano de 1935, não em caráter de partido, pois o mesmo só organizou-se a partir de 1939.

Ao fazermos um breve estudo dessa agremiação política em âmbito estadual, percebeu-se que a mesma não nasce como se fosse inspiração de alguns operários ou mesmo alguns intelectuais da sociedade catarinense. Ao contrário do que se afirma na historiografia corrente, a idéia inicial de se fundar o PCB em Santa Catarina data das primeiras duas décadas do século XX, mais precisamente no início da construção da ponte Hercílio Luz em Florianópolis. Na construção desta ponte reuniram-se operários de vários municípios do Estado, de outros Estados e até mesmo de outras nacionalidades que, conjuntamente com os operários da estiva, fizeram os primeiros contatos para a fundação do “Socorro Vermelho”, um dos embriões do PCB em Santa Catarina, que teve como objetivo arrecadar fundos em forma de colaboração espontânea para mandar à União Soviética. Essa colaboração era enviada através da Marinha Mercante do Brasil, o que pode vir a comprovar a hipótese de que os primeiros contatos com os grupos comunistas em Santa Catarina foram feitos através dos portos marítimos, e isso não só em Florianópolis, como também nos municípios de São Francisco do Sul e Itajaí.

Porém, numa série de recortes de jornais catarinenses, como também em bibliografias específicas e revistas consultadas sobre a construção da ponte Hercílio Luz, em nenhum momento fala-se da formação de um partido ou agremiação política dos trabalhadores, o que dá a entender que qualquer organização operária era feita por um grupo muito restrito de operários.

Muito antes da fundação propriamente dita do PCB no Estado foi criada a “União Operária” que tinha como um dos objetivos trabalhar em prol do “Socorro Vermelho”, apoiando algumas greves que surgiam e fazendo pequenas passeatas e alguns comícios. Desta forma, já havia um grupo que se reunia em Florianópolis, intitulado-se Comunista, entre os quais destacavam-se: Porfírio Gonçalves, militar; Manoel Alves Ribeiro (*Mimo*), eletricitista; Álvaro Ventura, estivador; Hipólito do Vale Pereira, contador; Mustafá, comerciante; João Bruggan, militar. Este era um pequeno grupo que fazia parte da direção da União Operária que, por sua vez, já conseguia reunir em torno de si vários operários como pedreiros, serventes de pedreiros, estivadores, padeiros, garçons, etc.

Segundo Manoel Alves Ribeiro, era já na União Operária que distribuíam um jornal, vindo de São Paulo, de orientação anarquista chamado a *Plebe*, feito de papel de seda, pois caso a polícia tomasse conhecimento, ficaria mais fácil engoli-lo. Esses jornais eram recebidos por Álvaro Ventura que já possuía ligações com um grupo de anarcosindicalistas de São Paulo e eram enviados através dos navios do Loyd que aportavam constantemente em Florianópolis, onde a maioria da tripulação já militava em movimentos sindicais.

Caminhando a passos muito lentos, esse grupo que intitulava-se Comunista, no início da década de 30, não possuía nenhum contato com o Comitê Central - CC do Rio de Janeiro, pois deu total apoio a Getúlio Vargas na Revolução de 30. Como se sabe, a orientação do CC era a de que os Comitês estaduais ficassem à parte desse movimento.

Aliás, o PCB, nacionalmente, demonstrou um sectarismo enorme nessa questão, perdendo com isso grande chance de alargar várias conquistas sociais para a Classe trabalhadora e, conseqüentemente, levá-las mais adiante. No Estado de Santa Catarina, como não havia essa ligação com o Comitê Central, o grupo de orientação comunista apoiou incondicionalmente a Revolução de 30, achando que o programa da Aliança Liberal traria algumas vantagens para a classe trabalhadora como leis trabalhistas, o voto secreto, e outras. Dessa forma, segundo Seu Mimo, foram realizados comícios, passeatas, além de alguns integrantes terem pego em armas para apoiar o movimento no Estado.

Após a Revolução de 30, surgiu, em 1931, a Lei Sindical, e o grupo citado anteriormente, promoveu várias campanhas para a organização dos sindicatos, mesmo não havendo indústrias em Florianópolis, pois a grande maioria só estava instalada no Vale do Rio Itajaí e norte do Estado. Mesmo com essa variante foram fundados os

pixações e manifestações de rua contra o imperialismo.

Com o fechamento da AL em 1935 e a revolução comunista fracassada no mesmo ano, Santa Catarina perdeu alguns dos seus já escassos militantes, pois o Governo federal usou de uma violenta repressão aos simpatizantes e filiados ao Partido. Em Florianópolis foram efetuadas as prisões de Álvaro Ventura, José Rodrigues da Fonseca e do sargento Humberto Froind. Este último teria sido assassinado pela polícia de Getúlio, dificultando o avanço que já era progressivo da seção comunista no Estado, piorando ainda mais com o golpe de 1937.

Somente em 1939 esse grupo voltou a se reunir mais coesamente e fundou o Partido Comunista Catarinense. Foram seus fundadores: Manoel Alves Ribeiro, eletricitista; Álvaro Ventura, ex-Deputado classista e estivador; João Verzola, operário da construção civil; Oscar Ammon, comerciante; Sílvio de Oliveira Marques, funcionário da alfândega; Hipólito do Vale Pereira, contador; Hugo Rissi, marítimo.

A primeira sede do PCB Catarinense estava localizada perto do Palácio do Governo, hoje Museu Cruz e Souza, no centro de Florianópolis. O Partido, nessa época, dividia seu espaço físico com uma banda de música chamada “Comercial” da qual um dos seus membros, Hipólito do Vale Pereira, um dos fundadores do Partido, era seu presidente.

A fundação do Partido no Estado ocorreu no momento de crise do PCB nacional, isto é, com a repressão desencadeada via Estado Novo, já mencionada. Sobrou do PCB uma Comissão Nacional de Organização Provisória - CNOP, pois, ao mesmo tempo em que uma seção do Partido era fundada em Santa Catarina, toda a sua direção nacional caía nas malhas da repressão, questão que passará a ser rotina para os militantes e simpatizantes até a década de 80. Assim, o que restou ao Partido, no Estado Novo, foram algumas atividades isoladas e poucos militantes.

As primeiras atividades dos Comunistas Catarinenses fizeram parte de uma orientação nacional do Partido através da campanha pela anistia aos presos políticos (principalmente de Luiz Carlos Prestes), e para que o Brasil declarasse guerra ao Eixo e entrasse no conflito mundial. Essa campanha deu-se em vários municípios do Estado, mas teve uma maior repercussão em Florianópolis, devido a participação do Movimento Sindical e do Movimento Estudantil. É o próprio *Mimo* que relata essa passagem:

*... “a primeira atividade nossa foi fazermos passeatas para conseguirmos do Governo naquela época que o Brasil declarasse guerra ao Eixo. Foi a primeira resolução que tiramos logo em nossa primeira reunião. Então, começamos a fazer passeatas. Na primeira, nós conquistamos um apoio muito grande por parte da população ... Nessa primeira passeata tivemos vinte prisões. A polícia prendeu vinte companheiros, alguns comunistas, outros não. A massa incendiou aquele clube*

*alemão lá na Mauro Ramos (Tiro Alemão - Florianópolis). Amarramos uma corda no pescoço da estátua de Carlos Hoepcke e arrastamos pelas ruas”...*

Entretanto, em pesquisa realizada na imprensa catarinense da época, principalmente nos jornais O Estado, A Notícia e A Gazeta, constatou-se que o fato não foi divulgado pela mesma, o que provavelmente denota uma grande falta de interesse em não divulgar e, conseqüentemente, apoiar os movimentos que o Partido realizava no Estado. Por outro lado, quando divulgavam alguma explosão de civismo dos catarinenses, jamais era citado o nome do PCB como participante.

Como foi colocado no início deste artigo, é necessário que se faça uma análise mais criteriosa dos trabalhos que vêm sendo publicados ao longo desses anos sobre as origens do PCB em Santa Catarina, especialmente a dois deles: Silveira Lenzi, já analisado e, Yan Carreirão de Souza. Ao falarem da seção catarinense do PCB, não fazem nenhuma análise de cunho histórico, estudando esse Partido de uma forma abstrata, sem se darem conta de que há todo um processo de formação mais profundo, mais concreto, na construção desse Partido, e, principalmente, que foi esse Partido que ajudou a criar uma consciência política em algumas classes de trabalhadores em Santa Catarina, como é o caso dos Trabalhadores Portuários em São Francisco e Itajaí, na região de Criciúma com os mineiros, como, também, na Construção Civil em Florianópolis.

Para melhor situar essa questão da consciência de classe, é necessário que se tenha claro que a mesma é um pouco tardia no Brasil. Isto é, difere muito da classe operária dos chamados países clássicos, que tinham conhecido e passado por várias fases bem definidas. No Brasil, a questão é bastante diversa. A constituição dessa consciência deu-se dentro de um contexto onde já predominava a indústria, logicamente, vindo a prejudicar a organização operária.

*... “a nossa classe operária reflete, na verdade, a contradição que caracteriza o nosso processo de industrialização; apesar de, em seu nascimento, não ter percorrido as formas de produção anteriores, ela não pode crescer normalmente, limitada que foi por uma industrialização que pagou alto preço ao latifúndio para poder desenvolver-se, ao mesmo tempo em que se encontrava nas condições de uma industrialização subordinada.”*

Mesmo que precária, a documentação analisada leva a crer que a demora por parte dos comunistas catarinenses em formarem uma estrutura mais sólida, mais consistente na década de 40 - enquanto Partido de classe operária, enquanto vanguarda dessa classe no Estado, está relacionado a duas questões: primeiro, o proletariado catarinense era inexperiente quanto a organização política; em segundo,

a mais forte, é a de que houve uma dificuldade muito grande no Partido em penetrar e firmar suas bases no seio da grande colonização alemã e italiana em Blumenau, Joinville, Rio do Sul, Brusque e em alguns outros municípios de expressão menores, no Vale do Rio Itajaí. Nestas regiões, o PCB sofreu resistência em penetrar no setor industrial, como também no setor agrícola, pois estas regiões receberam grande influência do Integralismo. Na verdade, segundo René Gertz, não se tem uma causa principal que nos explique a entrada facilitada dos Integralistas nas regiões citadas acima. O que se pode mencionar é que essa corrente política era muito bem organizada, como qualquer outra corrente que queira chegar ao poder. O Integralismo possuía uma grande organização de imprensa e de quadros políticos, chegando a conquistar Prefeituras nas eleições municipais de 1936 e eleger vários vereadores.

Para Maria de Fátima Sabino Dias, os integralistas de Blumenau também eram fortes lideranças nos sindicatos e faziam resistente oposição aos comunistas. A diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação, que foi eleita em 1946, e que permaneceu até 1948, era simpatizante da corrente integralista, por exemplo.

Para Carlos Humberto Corrêa, a questão não é diferente:

*... “o integralismo conseguiu conquistar grande número de adeptos alemães e italianos, em Santa Catarina. Isto se deveu principalmente à luta anticomunista de ambos, que os “camisas verdes” souberam explorar.”*

Para concluir, percebe-se que os integralistas montaram uma estrutura muito sólida, ocupando os mais diversos espaços políticos, dificultando desta forma a entrada do PCB. Isto é o que se percebe no plano regional, tendo uma forte penetração no interior, enquanto o PCB catarinense agia mais coesamente no litoral, e com uma penetração mais acentuada no sul, como Criciúma por exemplo, que segundo Manoel Alves Ribeiro, neste município, os sindicatos, principalmente o dos mineiros, eram muito combativos na década de 40 e 50. Neles não haviam os “pelegos” e suas reivindicações eram quase sempre atendidas.

### **A mobilização do PCB pela legalidade (1943-1945)**

A partir da Segunda Guerra Mundial, principalmente entre 1943 e 1944, iniciou-se a reestruturação do PCB nacional, com a realização da “Conferência da Mantiqueira” em 27 de agosto de 1943. Neste encontro, alinham-se as diretrizes políticas do Partido, isto é, a forma dele caminhar tendo em vista o Movimento Operário e a conjuntura política nacional e internacional, como esclarece Eliezer Pacheco.

*“Nesta conferência é definida uma linha em concordância com a política de União Nacional que os comunistas já vinham*

*desenvolvendo, apoio integral ao esforço de guerra do Governo Vargas, luta pela anistia, contra a carestia, pelo aprimoramento da Previdência Social, pela legalização do PCB e, finalmente, o lançamento de uma campanha pela abertura da segunda frente de guerra.”*

Na Conferência da Mantiqueira já houve uma efetiva participação do Comitê Estadual Catarinense. Álvaro Ventura, membro do Comitê Estadual, um dos fundadores do PCB no Estado, foi eleito para o Comitê Central do Partido. Dentro desse contexto, também reestruturou-se a seção catarinense do Partido, fundando-se diversos diretórios municipais, após o término da Segunda Guerra Mundial, em Concórdia, São Francisco, Criciúma, Lages, Tubarão, Mafra, Caçador, Laguna e Itajaí. Por outro lado, o Comitê Estadual do Partido estava constituído e estruturado da seguinte forma: Secretário Político: Oscar Manoel Ammon, brasileiro, casado, comerciário; Secretário de Organização: Sílvio Marques de Oliveira, brasileiro, casado, operário; Secretário de Divulgação: Álvaro Ventura, brasileiro, casado, operário da estiva; Secretário Sindical: Francisco Fernandes Gomes, brasileiro, solteiro, operário.

Segundo Eglê Malheiros, militante do Partido na década de 40, esses diretórios municipais funcionavam apesar da dificuldade de comunicação entre si e com o Comitê Estadual. Os principais objetivos desses comitês municipais era o de oferecer elementos para melhor conscientização da classe operária local, impulsionando vida aos sindicatos, fazendo um trabalho junto ao operário para que ele fizesse uso da Justiça do Trabalho. O comitê empenhava-se, também, na organização de palestras com o claro objetivo de desenvolver uma consciência política junto aos operários; porém ao que tudo indica, os êxitos foram mínimos, o que se pode verificar nas eleições de 45 e 47.

As eleições de 1945 foram convocadas no país tendo como principal objetivo restabelecer a democracia. O Brasil, desde 1937, com a instalação do Estado Novo, vivia sob um regime autoritário, tendo o Estado o controle total de todos os setores da vida nacional com o apoio das Forças Armadas.

As eleições foram realizadas após a deposição de Getúlio Vargas e conseqüentemente a queda do Estado Novo. Com a volta da democracia no país, era necessário preencher os cargos de Presidente da República, Senadores e Deputados Federais Constituintes e é nessas condições que o PCB obteve em 10 de novembro de 1945 seu registro legal.

De acordo com o jornal A Gazeta, o PCB demorou para lançar um candidato próprio à Presidência da República, apesar de já legalizado. No dia 11 de julho de 1945, num encontro que Luiz Carlos Prestes manteve com operários da construção civil no Rio de Janeiro, manifestou o desejo de apoiar um candidato da União Nacional ou apoiar um dos candidatos já existentes. Afirmou, também, para a

imprensa, que não pretendia, em nenhuma hipótese, indicar um candidato comunista.

Diante desta negativa, percebe-se que os comunistas não acreditavam que poderiam vencer as eleições. O próprio Prestes não colocou seu nome na disputa para concorrer ao cargo majoritário, o qual seria o mais indicado.

Por outro lado, a matéria do jornal A Gazeta, de Florianópolis, possui algo de contraditório, pois para o historiador e militante do Partido Eliezer Pacheco, nestas eleições, o PCB ficou numa posição um tanto complicada, porque não tendo estrutura suficiente para lançar candidato próprio, tentou fazer uma aliança com o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, lançando como candidato Prestes Maia, ex-prefeito de São Paulo. O PTB porém decidiu apoiar o General Eurico Gaspar Dutra. Já o PCB não poderia jamais apoiar o General Dutra ou o Brigadeiro Eduardo Gomes, não por serem militares, pois no Partido sempre teve espaço para quem vestia farda, mas, principalmente, por suas posições reacionárias.

Estudando melhor a análise feita por Eliezer Pacheco, percebe-se que a mesma possui muito mais seriedade do que a notícia veiculada pelo jornal local. Faltando aproximadamente quinze dias para a realização das eleições, finalmente foi lançado um candidato pelo Partido: Yedo Fiúza, desconhecido até mesmo dos militantes. Sabia-se dele somente que foi Diretor do Departamento de Águas da Prefeitura do Rio de Janeiro e que ocupou interinamente a Prefeitura de Petrópolis, município pertencente também ao Estado do Rio de Janeiro. Para Leôncio Basbaum, crítico de Luiz Carlos Prestes, começava ali o culto à personalidade de Prestes, pois a escolha de Yedo Fiúza foi uma escolha de Prestes e não do Partido, o qual foi uma grande surpresa para esse militante ativo na época.

Para a realização dessas eleições que ocorreram em 02 de dezembro de 1945, o Partido deu início à campanha em busca de recursos, não tendo condições financeiras, pois acabava de sair da clandestinidade, onde tinha permanecido desde 1926, no Governo Washington Luiz. Conseguiu levantar nessa campanha uma soma extraordinária de dez milhões de cruzeiros, o que era muito para a época, demonstrando uma grande força de mobilização por parte dos militantes em nível nacional. Ainda sobre estas eleições, Eliezer Pacheco esclarece, enfaticamente, algumas surpresas que as mesmas trouxeram para a política nacional.

*“Realizado o pleito, duas foram as surpresas: a vitória do General Dutra sobre o Brigadeiro Eduardo Gomes e a votação de Yedo Fiúza, com cerca de 600 mil votos em um eleitorado de aproximadamente cinco milhões (...) conseguem ainda os comunistas, elegerem uma bancada Federal de 14 parlamentares e um senador, Luiz Carlos Prestes.”*

Em Santa Catarina, num total de 214.688 votantes, foram os seguintes os resultados para a Presidência da República: Eurico Gaspar Dutra - 136.399; Eduardo

Gomes - 69.676; Yedo Fiuza - 1.802 votos.

Percebe-se, através dos resultados fornecidos pelo TRE, que a votação de Yedo Fiuza no Estado foi fraca comparando-se aos dois outros candidatos. Essa diminuta votação em Santa Catarina está relacionada a três fatores, segundo Eglê Malheiros (militante do Partido): Primeiro, o eleitorado percebeu que Yedo Fiuza não tinha reais condições de se eleger. Da mesma maneira que ele apareceu como convidado, também desapareceu. Em segundo lugar, no Estado, o Partido era muito fraco, isto é, havia alguns militantes com visão política bastante apuradas, mas em termos de número de filiados ou simpatizantes como também o domínio em Sindicatos o Partido tinha sérios problemas de estrutura. Em terceiro lugar, segundo ainda Eglê Malheiros, não havia um operariado já organizado nas indústrias catarinenses, como em São Paulo e em algumas cidades do Rio Grande do Sul, o que veio, conseqüentemente, a influenciar na baixa votação. Isso também se verificaria nos estados nas eleições de 1947 como se verá a seguir.

Nas eleições de 19 de janeiro de 1947 para Deputado Federal e Deputado à Assembléia Legislativa dos Estados, o PCB, no âmbito nacional, repetiu o resultado das eleições de 1945. Estas eleições deram mais dois Deputados Federais ao Partido (eleitos sob outras legendas), além de também elegerem 46 Deputados Estaduais e uma expressiva bancada de Vereadores em cidades importantes como Rio de Janeiro, Recife, Santo André e outras.

Em Santa Catarina, o PCB lançou, através do Comitê Estadual, vários candidatos. Segundo a Ata Geral de apuração do TRE datada de 15 de março de 1947, foram os seguintes os candidatos e sua respectiva votação para Deputados Federais: Álvaro Ventura, 895 votos; Luiz Carlos Prestes, 625 votos; Germano Donner, 256 votos; Hipólito do Vale Pereira, 52 votos; Severino Leite Sampaio, 40 votos; Edson Silveira Swain, 39 votos; Rita da Costa Ávila Malheiros, 36 votos; Sebastião Bousfield Vieira, 27 votos, e Manoel Alves Ribeiro, 8 votos. Na legenda votaram 34 eleitores totalizando 2.012 votos.

Luiz Carlos Prestes aparece nesta listagem, pois o artigo 4º, da Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945, assim o permitia. Qualquer candidato poderia concorrer simultaneamente para Presidente, Senador e Deputado Federal num mesmo Estado ou em mais de um.

Para a Assembléia Legislativa de Santa Catarina somente cita-se os mais votados e suas respectivas votações sendo que, no total, foram trinta e quatro que disputaram uma cadeira. Germano Donner, 450 votos; Álvaro Soares Ventura, 203 votos; Cesar Augusto da Costa Avila, 187 votos; Carlos Valentim, 155 votos; José Martins Neto, 139 votos; Oscar Manoel Ammon, 137 votos; Sebastião Bousfield Vieira, 119 votos; Waldemiro Monguillhott Júnior, 116 votos; Miguel José Boabaid, 91 votos. Como metade dos votos conseguidos por outros vinte e quatro candidatos, o Partido obteve um total de 2.644 votos.

Desta maneira, o PCB, em Santa Catarina, não conseguiu preencher nenhuma das 37 vagas à Assembléia Legislativa, por insuficiência de legenda.

Ao analisar mais detidamente as eleições de 19 de janeiro de 1947, principalmente para a Assembléia Legislativa, percebe-se nitidamente que foram muito fracas em termos de votos, o que demonstra claramente a dificuldade que o Partido encontrava em se tornar uma alternativa política no Estado. O total de votos conseguidos pela legenda do Partido ultrapassou um pouco mais da metade do coeficiente eleitoral que era na época de 4.891 votos, sendo que o Partido conseguiu chegar a 2.644 votos. Essa pequena votação do Partido não se deu por causa de seus militantes, pois houve um esforço muito grande para que o eleitorado conhecesse os candidatos através de vários comícios realizados pelo Comitês Municipais.

Por essa época, o Partido, no Estado, já havia estruturado seus Comitês Municipais. Mesmo com esse dado, há uma debilidade eleitoral referente às seções dos demais Estados, onde a seção Catarinense só vai ficar na frente do Estado do Piauí, conseqüentemente, ficando atrás dos demais Estados da Federação.

Para se ter uma maior clareza da fraca votação do PCB de Santa Catarina nas eleições de 45 e 47, recorreu-se novamente a Eglê Malheiros que citou algumas questões importantes a esse respeito. Segundo ela, o Estado de Santa Catarina foi um dos Estados de maior força do Integralismo. Em decorrência disso, havia um preconceito anticomunista muito grande, principalmente dos habitantes do Vale do Itajaí. Conseqüentemente, a Ex-União Soviética representava o que de mais perigoso poderia existir nos planos político, social e econômico.

Além desse dado importante e da falta de quadros no Partido, já detalhados anteriormente, houve também um outro fato que se deve dar conta para explicar a baixa votação que o Partido obteve no Estado: a propaganda anticomunista. É importante destacar o fato dessa propaganda anticomunista dar-se após o fim da 2ª Guerra Mundial, onde criou-se o mito do perigo vermelho, tendo como resultado mais imediato, a guerra fria.

Remexendo-se em alguns jornais catarinenses da segunda metade da década de 40, percebe-se, claramente, que a propaganda anticomunista estava em alta. Nos jornais A Gazeta, A Notícia e O Estado, no período de janeiro de 1945 a outubro de 1947 (lembrando que este foi o período de legalidade do PCB), pode-se constatar inúmeros artigos da indústria anticomunista, de responsabilidade do editor do jornal, pois muito pouco desses vinham assinados. Esses artigos eram escritos para abalar e enfraquecer a possibilidade do PCB em Santa Catarina vir a fortalecer-se enquanto vanguarda da classe trabalhadora, vejamos alguns exemplos:

O jornal A Gazeta publicou:

*“Um perigo a evitar*

*Os que pretendem criar a questão comunista no Brasil cometem*

*o ra de perigosíssimas conseqüências para a unidade política e social de nossa terra. Não há entre os problemas brasileiro, nenhum que demonstra recursos extremos para uma solução satisfatória, porque todos eles se enquadram no esquema normal da administração pública. Se há muita pobreza ou se a classe trabalhadora não dispõe de suficiente poder aquisitivo, o fato não se deve a uma luta entre capital e o trabalho mas antes a um desafio de educação social. O apelo ao comunismo seria um caminho errado visto que sua simples infiltração nas massas suscita hostilidades desnecessárias e estimula a lutas sem quaisquer proveitos para a nação e com reais prejuízos para o trabalhador”.*

Percebe-se o anticomunismo desse artigo quando ele discorda da questão do poder aquisitivo que não estaria relacionado à questão entre o capital e o trabalho, mas sim ao problema da educação social.

Este outro ainda publicado por A Gazeta, de Florianópolis, é mais radical:

*“Eduquemos para impedir a expansão vermelha  
O comunismo no Brasil não é uma questão de política nem de reação, não é também um fenômeno de posse e de miséria. O credo vermelho é como o capim cebola: tem que ser arrancado com raiz. E esta raiz mergulha fundo no analfabetismo onde encontra a seiva rica que o alimenta. Eles sabem que a doutrinação Marxista só frutifica bem entre as massas incultas, nos momentos de crise”.*

As notícias mais banais da época, que eram veiculadas nesses jornais, afundam cada vez mais a imagem do Partido. Na verdade os jornais são formadores de opinião publica enquanto meio de comunicação, pois em nenhum deles existe a neutralidade. Destaca-se mais um artigo do mesmo jornal:

*“Comunista Sacrílego  
Chegou ao nosso conhecimento que o comunista ISAC, viajando no caminhão de sua propriedade em praias dos Ingleses, pretendeu realizar um baile num recinto sagrado da Igreja local. Não podendo entretanto realizar o intento, devido a ameaça enérgica udenista Elpidio, que como bom católico, interveio na conversa que Isac fazia a uma senhorita. Em Ingleses, a população irritada aguarda a volta de Isac”.*

São inúmeros artigos que a imprensa catarinense colocou no dia-a-dia com objetivo de abalar o Partido tanto Nacional quanto Estadual. Entretanto, no âmbito

Nacional foi o período que mais o Partido cresceu, apesar da campanha anticomunista em alta. O leitor não deve estranhar a posição do jornal A Gazeta, pois, quando da sua fundação em agosto de 1934, em Florianópolis, este jornal possuía uma coluna com exclusividade para lançar a ideologia da Ação Integralista Brasileira - AIB no Estado.

### **O fechamento do PCB**

Durante o período que o PCB esteve legalizado, isto é, de 45 a 47, os analistas políticos como Francisco Weffort e os próprios militantes destacam que o Partido da "Ordem" adotou a regra do "apertar o cinto", em nome da democracia, batendo na tecla da União Nacional. Prestes dizia que era preferível apertar a barriga, passar fome do que fazer greve e criar agitações; porque agitações e desordens só interessaria ao fascismo.

Ao que tudo indica, não estava claro para os dirigentes de PCB a conjuntura nacional e internacional, como por exemplo o início da Guerra Fria entre os Estados Unidos e a Ex-União Soviética. Desta forma, no governo de Eurico Gaspar Dutra o Partido assumiu desvios para a direita. É importante destacar que esses desvios fazem parte de uma resolução do PC da Ex-União Soviética, para preservar a paz a qualquer custo e consolidar os regimes comunistas implantados por ela depois da Segunda Guerra Mundial. Essa mesma fórmula foi implantada no Brasil, como se a paz mundial dependesse de nós, o que trouxe sérios problemas para alguns segmentos da classe trabalhadora que lutavam por reivindicações justas. Francisco Weffort faz uma análise do Partido nesse período que vale a pena destacar: apesar de ser um pouco longa:

*"Partido da Ordem, porém, combativo pelo governo, a posição do PC era realmente das mais penosas. Já submetidos em várias partes do país a uma severa repressão aos comunistas, buscavam desesperadamente oferecer provas da boa vontade ao Governo. Assim, a propósito da repressão, havia contra o movimento de unificação dos trabalhadores - MUT ao mês de março de 1945, João Amazonas negava qualquer responsabilidade dos Comunistas pelas greves e declara seu apoio ao governo "porque sentimos que sem apoio de todas as camadas populares, jamais se poderá governar o Brasil e levar nossa Pátria para dias mais felizes"(Diário do Poder Legislativo, p. 378). No mesmo mês, já iniciada a campanha que deveria resultar na cassação do registro do PC, Prestes insistia em sua disposição de apoiar o governo e declarava "é contra a nossa vontade que atacamos o governo" Diário do Poder Legislativo, p.621). É na mesma linha que viria a manifestar-se, em maio, o representante comunista Osvaldo Pacheco em discurso que pronunciou sobre a*

*g rve dos estivadores de Santos em protesto contra Franco. ão as forças democratas que estão impedindo que este resolva o problemas que afligem o povo". Parece claro, portanto que os comunistas apoiaram naquele período a qualquer governo desde que integrado na política estabelecida pelos acordos internacionais".*

A seção catarinense do Partido não fugiu à regra do Comitê Central. Nesse período, fundou-se um jornal denominado de *Folha Catarinense*, e foi feito um trabalho de recrutamento no meio sindical e estudantil. Entre 1945 e 1947 o Partido possuía 400 filiados.

Segundo Manoel Alves Ribeiro, durante a legalidade do PCB-SC, sempre procuravam comemorar as datas históricas como o 1º de maio, 13 de maio, 21 de abril, com passeatas e manifestações, além de terem realizado uma grande coleta de assinaturas pela paz e contra o uso da Bomba Atômica. Só em Florianópolis e municípios vizinhos, colheram mais de 100 mil assinaturas.

Em nível nacional e regional, o que se tem na história do PCB neste período é que o Partido deu um salto quantitativo embora tenha crescido com desvios para a direita. Por outro lado, não há um avanço em termos políticos. Em Santa Catarina, os militantes permaneceram com as mesmas táticas dos anos 30, como manifestações em forma de passeatas, comícios, sem exercerem uma influência maior dentro da Classe Operária Catarinense, mesmo durante o período de legalidade.

Mesmo com vacilos para a direita, não tardou muito para o governo de Eurico Gaspar Dutra, que aceitava a política dos Estados Unidos no início da Guerra Fria, arranjar inúmeras maneiras para jogar o PCB na ilegalidade. Em primeiro lugar, deuse o rompimento das ligações diplomáticas com a Ex-União Soviética, usando como pretexto dois elementos sem maior importância, como um artigo de uma revista que ultrajava a figura dos militares, e, em seguida, a prisão de um funcionário da Embaixada por motivo de embriagues e desordens.

Em seguida, a imprensa nacional explorou ao máximo uma resposta dada por Prestes quando este foi questionado no sentido de que em caso de uma guerra envolvendo Brasil e ex-URSS qual seria sua posição. Respondeu que, se o país fosse envolvido numa guerra imperialista contra o primeiro Estado proletário da história, sua posição seria a de lutar ao lado do proletariado. Para somar o número de pressões ao Partido, o Supremo Tribunal Federal, na figura de seus Ministros, classificou o Partido como uma organização estrangeira, por chamar-se Partido Comunista do Brasil e não brasileiro, o que para eles deixava claro sua condição de organização internacional.

Em 10 de maio de 1947, o Ministro da Justiça Benedito Costa Neto, determinou o encerramento das atividades do PCB. Todas as sedes do Partido foram fechadas e não houve nenhuma resistência a não ser no campo burocrático, pois ainda

restava a confiança da democracia do Presidente Dutra. O próprio exército surpreendeu-se com a atitude do PCB. O único trabalho de seus militantes foi o de retirar alguns papéis, panfletos e algumas máquinas dos comitês. Era uma atitude um pouco estranha para um Partido que possuía 130 mil filiados e um eleitorado de mais de meio milhão em todo o país. As notícias que chegavam de várias partes do país eram de calma.

Em Santa Catarina, o Comitê Estadual não poderia agir diferente dos demais, pois a cassação em 10 de maio de 1947 do registro do Partido, pegou os comunistas desprevenidos, isto é, não conseguiam articular nenhuma reação contra a arbitrariedade do ato. Segundo Manoel Alves Ribeiro, o Partido, estando organizado em células, nos bairros, nos distritos e em vários municípios, não pôde fazer absolutamente nada, a não ser esperar que lacrassem a sua nova sede que ficava defronte a Praça XV de Novembro, na Capital. Não houve prisões e em momento algum manifestação por parte da população, a não ser um “até logo” e “sejam felizes” de um capitão do Exército, homem designado para lacrar a porta da sede.

Atente-se para o fato de ter sido o Exército o responsável pelo fechamento das sedes do PCB nacional; responsável, também, pela perseguição de seus militantes. Segundo Manoel Elias da Silva, os membros da cúpula militar do Exército, criaram o estereótipo de que todas as manifestações e agitações políticas eram manifestações comunistas passíveis de punição.

Com relação ainda ao fechamento do PCB em Santa Catarina, este ato recebeu o apoio da Associação Têxtil de Blumenau, que se manifestou encaminhando telegrama ao Presidente da República tomando posição favorável ao combate à ideologia comunista no Brasil. Da mesma entidade foi enviado um outro telegrama ao Ministério do Trabalho, manifestando o total apoio da Associação às medidas de preservação das tradições cristãs e apoiando o Supremo Tribunal no cancelamento do registro do PCB.

Assim, percebe-se que não era gratuita a dificuldade encontrada pelos comunistas de penetrarem com seus programas nas classes operárias do Vale do Rio Itajaí. Além dessa região ser monopólio dos integralistas no período da qual já se fez menção, havia também um bom número de Sindicatos e Associações que apoiavam as medidas do Governo, principalmente aquelas que diziam respeito aos comunistas, os chamados “Sindicatos Amarelos”.

Após o cancelamento do registro do PCB, o Partido pouco se mobilizou. Todo o Comitê Central, inclusive Prestes, o Secretário Geral, passou a viver na mais absoluta clandestinidade. Segundo Eliezer Pacheco, durante nove anos o Secretário Geral do Partido viveu rigorosamente isolado, não só das massas como da própria direção, pois apenas um reduzido número do Comitê Central sabia seu endereço.

Em Santa Catarina, os comunistas tiveram que rever novas táticas de lutas, mergulhados completamente na ilegalidade. O trabalho dos militantes não paralisou,

apesar de ter desaparecido muito dos seus quadros. Nas datas de 1º de maio eram realizados comícios e manifestações. Para poderem dar em caráter legal, esses atos eram feitos através da antiga “Sociedade União Operária”, embrião do PCB-SC, e também dos Sindicatos, principalmente o da Construção Civil.

As fontes pesquisadas indicam que foi no período de ilegalidade que o PCB-SC teve um maior destaque do que no período de legalidade. Os comunistas catarinenses participaram em várias campanhas, destacando-se a Campanha do “O Petróleo é nosso”, pelo não envio de jovens a guerra da Coréia, além de promoverem discussões em bairros, morros, construções e participarem ativamente de campanhas salariais e do Movimento Estudantil através da União Catarinense dos Estudantes.

Segundo Manoel Alves Ribeiro, além do Partido ter participado em várias ocasiões da vida política nacional e estadual, também foi no período de ilegalidade que o Comitê Estadual financiou a vinda de intelectuais e militantes a Santa Catarina, com o objetivo de dar palestras nos Sindicatos e Associações, como foi o caso do historiador Nelson Werneck Sodré, Jucélio Santos e de Aparício Torelli, mais conhecido como o Barão de Itararé que escrevia no jornal “A Manhã”.

Em 1953 o PCB-SC lançou, no Estado, a Revista “Novos Dias”, cujo diretor era Mário Bastos. Por viver o Partido na ilegalidade, a revista não era declaradamente comunista e assumia mais um caráter de frente democrática.

Com uma política de vigilância acirrada do Estado sobre o PCB, um questionamento surge nesse momento, isto é, o que impediu realmente os comunistas de desaparecerem da cena Política Nacional, principalmente após a cassação de seu registro em 1947 e a perda dos mandatos parlamentares em 1948. Para se obter alguma luz a esses problemas pode-se observar o que um dos militantes e intelectual do Partido fala a esse respeito.

Para Moisés Vinhas, o que impediu o desaparecimento do PCB foi, provavelmente, sua participação nas campanhas pela paz, contra a Bomba Atômica, quando conseguiram milhares de assinaturas, e principalmente a atividade desenvolvida em defesa do monopólio estadual do Petróleo e da Construção da Petrobrás. Essas campanhas mantiveram a política do Partido ligada à realidade do país.

A campanha “O Petróleo é nosso”, em Santa Catarina, teve o apoio de Operários e do Movimento Estudantil, através da extinta UCE, como também de membros do Poder Judiciário, através do Desembargador José do Patrocínio Gallotti, chegando a muitos municípios onde realizavam palestras e comícios. Diretamente, o Partido mobilizou seus militantes, que à noite pichavam muros e calçadas com o *slogan* da campanha.

Ainda na década de 50, os militantes comunistas catarinenses eram muito vigiados. Não era raro a abertura de inquéritos de direção de estabelecimentos escolares no Estado, como a que ocorreu em 1952 no Instituto Estadual de Educação,

em Florianópolis, com a suspeita de que a antiga direção, do professor Milton Eduardo Sullivan, era condescendente com os comunistas, sendo substituído pelo Major Faustino da Silva, também professor da casa.

Por outro lado, a vigilância também era acirrada quando se tratava de algum material impresso e deixava margem a suspeitas quanto ao conteúdo, ainda que nesse período estivesse garantido a liberdade de imprensa pela Constituição promulgada em 1946. Esse fato ocorreu quando militantes comunistas de Florianópolis lançaram o jornal "Novos Rumos". A Secretaria de Ordem Política e Social foi informada e imediatamente solicitou informações de outros Estados como o Paraná sobre a propaganda comunista nos mesmos, o que deu margem a um grande "cerco" aos comunistas do Estado.

Entretanto, apesar de toda a vigilância dos órgãos de informação e repressão do Estado, o PCB conseguiu eleger na década de 50, dois vereadores para a Câmara Municipal de Florianópolis, através do PSP - Partido Social Progressista. Em 1953, foi eleito Genésio Leocádio da Cunha e, em 1959, o Partido elegeu Manoel Alves Ribeiro, o "Seu Mimo" bastante citado, que permaneceu na vereança até 1963.

Segundo este último, seu trabalho como vereador foi realizado em prol das reivindicações dos trabalhadores. No período em que exerceu a função, foram realizadas várias manifestações com cinco a seis mil pessoas em frente à Prefeitura Municipal de Florianópolis, contra a carestia e contra os aumentos abusivos das passagens dos transportes coletivos. Essas manifestações contavam com o apoio de vários membros do Judiciário Catarinense, simpatizantes do PCB-SC como Valdemiro Cascaes, Carlos Adauto Vieira, Mário Bastos, César Ávila e o desembargador José do Patrocínio Gallotti.

Assim, o que se depreende é que as décadas de 50 e 60 foram de intensa atividade para o PCB-SC, sendo que no município de Criciúma, segundo a Professora Luiza Maria Fernandes, esse crescimento não foi diferente principalmente nos sindicatos dos mineiros, onde, já citamos anteriormente, o PCB tinha uma grande influência.

*"De acordo as entrevistas feitas com ex-dirigentes sindicais e pessoas ligadas ao Partido, a maioria dos mineiros era petebistas, sendo que por outro lado, a maioria dos dirigentes sindicais, de 1964 a 1973, eram do PCB. As diretorias eleitas nesse período, Antônio Parente, de 1957 a 1959 e reeleito para o período de 1959 a 1961, Manoel Ribeiro, de 1961 a 1963 e Jorge Feliciano, de 1963 a 1964, eram encabeçados por pessoas do PCB e comandaram muitos movimentos de paralisação seja por motivos salariais, seja por motivos de melhores condições de trabalho."*

Para concluir, deixa-se claro que a proposta dos militantes do Partido sempre caminhou na perspectiva de construir uma sociedade mais justa para os trabalhadores no Estado de Santa Catarina. Foi, aliás, com essa determinação que o PCB surgiu no Brasil em 1922. Essa busca da organização dos trabalhadores num partido reflete para muitos uma necessidade da própria classe, do qual o anarcosindicalismo não dava respostas satisfatórias no início do século.

Essa proposta de organizar os trabalhadores, a exemplo da nacional, passou também a ser objeto de preocupação de vários grupos de trabalhadores, principalmente em Florianópolis: portuários, operários da construção civil, estudantes e de alguns profissionais liberais, e em Criciúma: mineradores. O mais importante a sublinhar é que essa incipiente organização deu-se quando do início da construção da Ponte Hercílio Luz, onde juntaram-se, principalmente, os estivadores e os operários da construção civil em 1922.

É importante também sublinharmos que o amadurecimento da proposta inicial só veio a ocorrer a partir de 1950, mesmo estando o Partido na ilegalidade. É nesse período que o PCB-SC tem uma produção intelectual importante no contexto catarinense, elegendo vereadores na década de 50 e 60 em Florianópolis, como também tendo uma participação importante nos grandes sindicatos da época. Avanço que desestruturou-se, mais uma vez, porém, com o golpe militar de 1964.

## Bibliografia

### 1. FONTES IMPRESSAS

- PCB iniciou em SC com a revolução de 30. O Estado. Florianópolis, 28/03/82
- Declaração de Prestes sobre o momento nacional. Jornal A Gazeta, Florianópolis, 02 de julho de 1945,
- A luta do PCB através dos tempos. A classe operária. São Paulo, 23 de março de 1992
- Comícios Comunistas. A Gazeta, Florianópolis, 27/11/1945
- Um perigo a evitar. A Gazeta, Florianópolis, 19/09/1945
- Eduquemos para impedir a expansão vermelha. A Gazeta, Florianópolis, 07/06/1946
- Comunista Sacrílego. A Gazeta, Florianópolis, 10/12/1946
- Os três a dois cortaram a cabeça do PCB. Diário do Paraná. Curitiba, 09 de maio de 1947.
- PCB se estrutura no Período da Legalidade. O Estado. Florianópolis, 30/03/82

### 2. ARQUIVOS

- Serviço Eleitoral. Processo nº 289, TRE-SC 1945
- Tribunal Regional Eleitoral. 30 anos de justiça eleitoral. Florianópolis, SC
- Documentos dispersos nos arquivos do TRE de SC
- Secretaria de Ordem Pública e Social, Ofício 125, DPS, Florianópolis, 23 de março de 1953. Arquivo Público do Estado do Paraná.

### 3. ENTREVISTAS

- RIBEIRO, Manoel Alves. Entrevista concedida ao autor em 19 de junho de 1991
- MALHEIROS, Eglê da Costa. Entrevista ao autor em 14/03/1991

### 4. FONTES SECUNDÁRIAS

ANTUNES, Ricardo. Classe operária e sindicatos e partidos no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1982.

BASBAUM, Leôncio. Uma vida em seis tempos (Memória). São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

BRAGA, Hilda Soares. Sistemas eleitorais do Brasil (1921-1988). Brasília: Senado Eleitoral Federal, 1990

- CARREIRÃO, Yan de Souza. Eleições e sistemas partidários em SC (1945-1979). Florianópolis: Ed. UFSC, 1980.
- CORRÊA, Carlos Humberto. Um estado entre duas repúblicas. Florianópolis: Ed. UFSC, 1984.
- DIAS, Maria de Fátima. Sindicalismo e estado cooperativista. O caso do sindicato dos trabalhadores nas indústrias de fiação e tecelagem -1941-1950. Programa de Pós-Graduação em História. (Dissertação de Mestrado, UFSC - 1985).
- FERNANDES, Maria Luiza. Partidos e sindicatos dos trabalhadores na indústria de extração do carvão em Criciúma. Florianópolis: (Dissertação de Mestrado) UFSC, 1992.
- GERTZ, René. O fascismo no sul do Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- LENZI, Silveira. Partidos e políticos de SC. Florianópolis: Ed. UFSC, 1983.
- PACHECO, Eliezer. O PCB 1922-1964. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.
- RIBEIRO, Manoel Alves. Caminho. Florianópolis: Gráfica Edene, 1989.
- SILVA, Elias Manoel. Os militares e o golpe de 1937. A estratégia do poder. Florianópolis: (Dissertação de Mestrado) UFSC - Programa de Pós-Graduação em História, 1991.
- VIEIRA, Jaci Guilherme. Estudo preliminar das origens e decadência do PCB. Florianópolis: (datilografado), 1990.
- VINHAS, Moisés. O partidão: a luta por um partido de massas: 1922-1974. São Paulo: Hucitec, 1982.
- WEFFORT, C. Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil. A conjuntura após guerra. Estudos CEBRAP, Nº 4, abril a junho/1973.